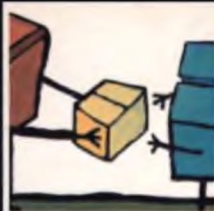


40  
ano  
UnB à frente



Lauro Morhy  
organizador geral

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

# **Brasil** **em Questão**

**A Universidade e a  
Eleição Presidencial**

*Fernando Henrique Cardoso*

Presidente da República

*Paulo Renato Souza*

Ministro da Educação

*Francisco César de Sá Barreto*

Secretário de Educação Superior

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### Conselho Diretor

*Lauro Morhy* – Presidente

*Antônio C. de Matos Paiva*

*Carlos Alberto Rodrigues da Cunha*

*Carolina Martuscelli Bori*

*Flávio Rabelo Versiani*

*Inocência Mártires Coelho*

*Gileno Fernandes Marcelino*

*Jacques Rocha Velloso*

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



# Brasil em Questão

## A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

**Lauro Morhy**

Co-organizadores

**Marcos Formiga**

**Regina Marques**

**Adler Andrade**

**Tânia Costa**

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

---

**2002**

**Equipe Editorial:**

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

B823                    Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-  
                              cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora  
                              Universidade de Brasília, 2002.  
                              512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.  
3.  
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

---

CDU – 32(81)

## Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmair Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

**LAURO MORHY**  
**REITOR DA UNB**



## Sumário

### APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

### ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

### 29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

### 10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

### 20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL  
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



**Meio ambiente,  
desenvolvimento  
sustentável,  
Amazônia**

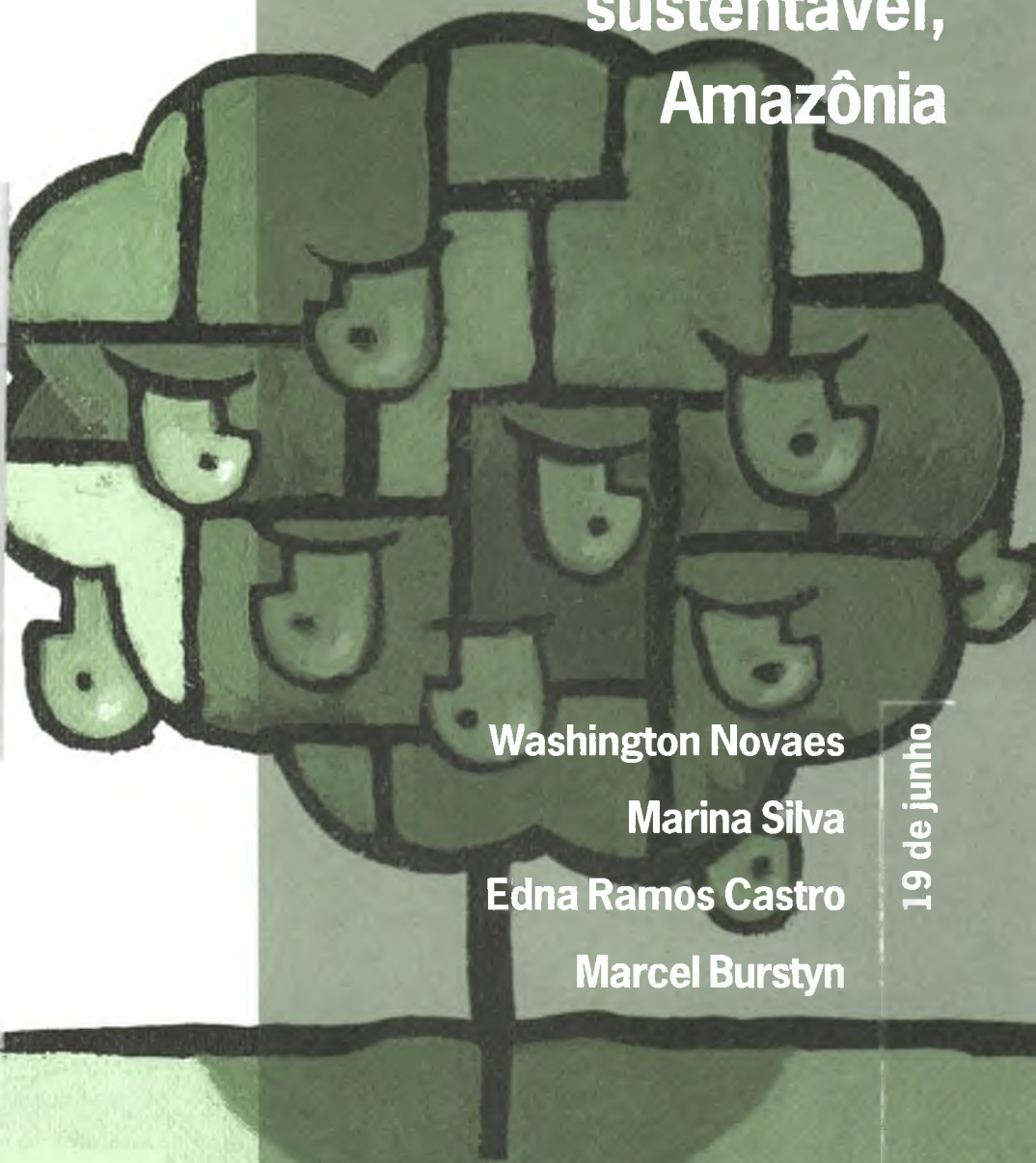
**Washington Novaes**

**Marina Silva**

**Edna Ramos Castro**

**Marcel Burstyn**

**19 de junho**





# Insustentabilidade Social, Ambiental, Econômica e Militar

Washington Novaes

Como jornalista, há 45 anos, venho tentando entender um pouco o que acontece na Amazônia, e tenho uma grave preocupação dentro do panorama que vivemos hoje, no âmbito de uma crise de padrão civilizatório.

Vivemos no mundo hoje uma crise desta dimensão, pois enfrentamos a insustentabilidade econômica – nossos formatos de desenvolvimento não são compatíveis com a sustentabilidade ambiental. Vivemos uma insustentabilidade social, pois os níveis de concentração do consumo e da renda, segundo os relatórios de desenvolvimento humano da ONU, são dramáticos. Vivemos a insustentabilidade social, com um terço da humanidade no nível da indigência. Vivemos a insustentabilidade ambiental, sobre a qual não preciso me estender. E desde o ano passado, vivemos também um insustentabilidade militar.

Vamos ter que reinventar os nossos modos de vida. E também por isso a Amazônia pode ser tão extraordinariamente importante no momento em que precisamos repensar os nosso modos de viver.

---

Washington Novaes é Advogado e Jornalista. Assina atualmente uma coluna no jornal *O Estado de São Paulo*. Ex-consultor do Primeiro Relatório para a convenção da Diversidade Biológica e dos Relatórios sobre Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU). É um dos responsáveis pela sistematização da Agenda 21 Brasileira – bases para a discussão.

A Amazônia é um espaço onde não é possível implantar os mesmos modelos de exploração predatória e avanço da fronteira agropecuária que têm sido aplicados em outras regiões do país. E, o que é pior, quer-se estender à Amazônia estes modelos principalmente para exportar a produção para países que não querem arcar com os custos ambientais, energéticos, econômicos e sociais dessa produção.

A Amazônia tem sido o desaguadouro de parte dos problemas gerados pelas desigualdades regionais do Brasil e pelo desemprego. Ela tem sido o escoadouro de forte migração gerada por estes fatores. Basta ver o que tem acontecido nestas últimas décadas. Em 36 anos, do Censo de 60 até a contagem populacional de 96, a região Norte passou de 3,66% da população brasileira para 7,19%. Dobrou a sua participação na população do país. A população urbana, de 37, 38% do total da população, ou seja, pouco mais de um terço da população da região Norte, passou para 62,35% da população total – um violento processo de urbanização, absolutamente desacompanhado de estruturas.

A população amazônica da região Norte passou de 957.000 pessoas para 7 milhões, um crescimento, portanto, de 630%. Nesse período, a taxa de crescimento populacional da Amazônia foi de 2, 44% ao ano. Na última década, o crescimento da população foi de 2,86%, que é mais do que o dobro da taxa de crescimento médio da população brasileira. A taxa de crescimento urbano foi de 4,82% ao ano, o que é uma brutalidade.

Em consequência, as áreas urbanas da região Norte têm menos de 10% da população atendidos por redes de esgotos e 43% da população não dispõem sequer de coleta de lixo.



Nesse quadro de crescimento populacional e de avanço da fronteira agropecuária, entre outros fatores, o desmatamento cresceu bastante na Amazônia. E embora tenha caído um pouco nos últimos dados, ainda está próximo de 16 mil quilômetros quadrados por ano. E a Amazônia já tem desmatados quase 600 mil km<sup>2</sup>, 15% da área de florestas; e quase um terço da área desmatada não tem nenhuma ocupação de ordem econômica.

O que se pergunta hoje é se essa taxa em torno de 15 a 16 mil km<sup>2</sup> ao ano já é considerada a “normal”, entre aspas, de desmatamento. Isso, em meio a uma discussão sobre se os nossos meios de aferição são realmente capazes de apreender todo o desmatamento que está na Amazônia, ou se o que seria desmatamento seletivo, como é chamado, não é apontado.

Tudo isso gera alguns problemas muito graves, não apenas do ponto de vista amazônico ou brasileiro, mas até globais. Em primeiro lugar porque a forte participação das emissões em função mudanças de uso das terras e das queimadas no total das emissões brasileiras que agravam o efeito estufa leva a um temor de que muito em breve se agravem as pressões sobre o Brasil.

Em segundo lugar, por causa da perda da biodiversidade. O Brasil, segundo o relatório que apresentou na Convenção da Biodiversidade, tem entre 10 a 20% das espécies vivas, isto é, a maior megadiversidade do planeta. E isso representa uma das maiores possibilidades brasileiras de futuro. Sob esse ângulo, a Amazônia, com 40% dos remanescentes de florestas tropicais no mundo, representa um papel da maior importância, no momento em que o mundo continua a perder 150 mil km<sup>2</sup> de florestas tropicais por ano.

Há uma pergunta que começa a se feita pelos cientistas: que efeitos o desmatamento e as mudanças no uso da terra na Amazônia têm sobre o sistema hidrológico da região? Não há

respostas ainda. Em outros biomas brasileiros, principalmente no Cerrado, já há indicações de que as mudanças no uso da terra estão provocando mudanças climáticas localizadas e afetando a vazão dos mananciais. Neste momento, este assunto apenas começa a ser estudado, pela Agência Nacional de Águas.

Outra pergunta é: que efeitos o que está acontecendo na Amazônia terá sobre os chamados serviços naturais que o IBAMA está tentando quantificar? Ele hoje estima que os serviços naturais no Brasil representem um valor aproximado de quatro trilhões de dólares, – o que seria algumas vezes maior que o PIB brasileiro –, considerando a fertilidade do solo, os serviços proporcionados pelos recursos hídricos, pela biodiversidade e assim por diante.

Mas para que está acontecendo este avanço da fronteira agropecuária na Amazônia, fundamentalmente? Para expandir o sistema exportador brasileiro. A Amazônia hoje produz 20% da soja brasileira, nos estados do Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Soja que basicamente se destina à exportação, com custos ambientais, sociais, energéticos da maior gravidade e que os países importadores se recusam sequer a discutir. Da mesma forma, a região Norte detém hoje 11% do rebanho bovino, 13,5% da produção mineral e quase 7% do PIB brasileiro.

Alguns custos começam a aparecer. Recentemente, a EMBRAPA apontou a existência de uma faixa de degradação intensa de pastagens, que vai do Acre ao Oeste da Bahia, sem que se saiba ainda quais são as causas dessa degradação.

Segundo, a erosão. Na Amazônia este problema provavelmente será bastante acentuado nas áreas de expansão da fronteira, embora se tenha menos informação. Recente estudo da dinâmica biológica de fragmentos florestais, feito pelo INPA e pela Smithsonian Institution, mostrou com toda clareza que o modelo de soja e pastagem não é adequado para a Amazônia. O

Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia também mostrou que pelo menos 83% dos solos amazônicos são inadequados para a expansão da fronteira agropecuária. E os 17% restantes já estão praticamente ocupados.

O mais grave é que a EMBRAPA há pelo menos 15 anos diz o seguinte: o Brasil, para aumentar em 50% a sua produção de grãos e quase dobrar a produção de carne, não precisa ocupar um só hectare de terra a mais, não precisa desmatar nada. Com tecnologias e técnicas adequadas se pode fazer isso. Mas apesar disso tudo temos hoje o Projeto Avança Brasil, que não é outra coisa senão abrir caminho para a fronteira agropecuária no que resta do Cerrado e da Amazônia, com hidrovias e rodovias estimulando esse tipo de atividade.

A hidrovia do Araguaia, por exemplo, continua em implantação, embora tenha dois estudos de impacto ambiental altamente problemáticos, já condenados por uma legião de cientistas. Como já houve oposição do governo de Goiás, tenta-se agora isolar esse Estado e implantar a hidrovia nos restantes.

Alguns estudos têm mostrado que se estes projetos de hidrovias e de pavimentação de rodovias forem adiante, até o ano 2020 a Amazônia pode perder até 40% da sua cobertura florestal.

Como preocupação adicional, o professor Carlos Nobre, que lidera as pesquisas sobre queimadas e desmatamento no CEPTEC, do INPE diz o seguinte: até 2050, em função não apenas dos fatores locais, mas das próprias mudanças climáticas globais, a Amazônia pode passar a emitir mais carbono do que absorve, – ao contrário do que é hoje, –, porque a oxidação da vegetação rasteira da Amazônia produzirá este efeito.

Neste processo de ocupação da Amazônia em função do modelo exportador, há outro grave problema, que é a expansão da oferta da energia elétrica por meio da implantação de um

sistema de hidroelétricas. Está-se dobrando Tucuruí, projetam-se Belo Monte, Santa Isabel; e só em Goiás são 82 novas unidades programadas. Em Mato Grosso, outras tantas e o mesmo para Tocantins. Para quê? Para aumentar a produção dos eletro-intensivos, principalmente alumínio e ferro-gusa, que são produtos que os importadores do Primeiro Mundo não querem mais fabricar por causa dos seus altos custos energéticos, econômicos ambientais e sociais. O Japão produzia 49 mil toneladas de alumínio por ano; reduziu para 5 mil e passou a produzir aqui no Brasil, sem pagar nada por estes custos adicionais. E nós ainda subsidiamos as tarifas de energia elétrica. O último levantamento mostrou que esta área absorve subsídios da ordem de 300 milhões de dólares do Tesouro nacional, que a sociedade brasileira toda paga.

Outro caminho pelo qual a Amazônia se transforma em desaguadouro de problemas nacionais é o da reforma agrária. Um levantamento de 1997, feito por uma comissão externa da Câmara dos Deputados, – o relator era deputado Gilney Viana, do PT de Mato Grosso, –, mostrou que a reforma agrária já era responsável por mais de 50% do desmatamento da Amazônia. Estudos mais recentes mostram que, apesar da proibição de novos assentamentos em áreas de florestas primárias, a reforma agrária continua a responder por mais de 50% do desmatamento, porque ela é feita de uma forma absolutamente descuidada e inadequada. Os assentados não têm outro caminho a não ser o desmatamento. E ela foi feita com tanta intensidade na Amazônia exatamente para fugir à resistência política e empresarial em outras regiões do país.

E quais seriam os caminhos da Amazônia? Fala-se muito do Zoneamento Ecológico e Econômico e o MMA promete que até 2003 este zoneamento estará feito. É preciso saber o que vai ser

feito, pois a Amazônia tem muitos sub-sistemas e não é um ZEE que vai resolver isso. É preciso um detalhamento por região.

O recente estudo de ações prioritárias para conservação e utilização sustentável e repartição equitativa dos benefícios da biodiversidade, feito pelo Ministério do Meio Ambiente, Instituto Socio-Ambiental, INPA, Conservation International, ISPN, Grupo de Trabalho Amazônico, indicou 385 áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. Dessas cerca de 247, ou 64%, são extremamente importantes e 107 são importantes. Gostaria de lembrar que fundamentais serão as áreas indígenas, onde se encontra a maior fração da biodiversidade brasileira. E a área mais ameaçada é o eixo Araguaia-Tocantins – Maranhão, por onde está prevista uma grande parte das ações do Avança Brasil.

Tenho dúvidas se manejo florestal será um caminho adequado para Amazônia. Visitei recentemente grandes projetos e pequenos projetos e tenho dúvidas quanto aos efeitos sobre a biodiversidade em geral.

O Brasil tem-se recusado a sequer discutir a questão do pagamento pela conservação de floresta em pé, como se diz, porque isto envolveria questões de soberania; não se admite que por negociações internacionais haja restrições no uso de áreas.

É possível que alguns caminhos, como a identificação/ domesticação de algumas espécies amazônicas e a exploração em alta escala, possa ser viável, como o projeto do INPA de domesticação da pupunha em Manaus. A pupunha hoje já responde por 10% do mercado de nacional de palmito.

Certamente o projeto de corredores ecológicos do MMA, na medida em que permita a preservação de várias áreas e a ligação entre toda a biodiversidade, é um caminho promissor, se tiver recursos e capacidade de implantação.

Algumas informações muito preciosas podem advir do SIVAM. Mas é preciso que haja uma representação da sociedade na gestão das informações do SIVAM. A sociedade não participa. E o SIVAM terá informações estratégicas de mais alta relevância.

Da mesma forma, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético Brasileiro – que não tem representante nem da ciência, nem das populações tradicionais – onde está uma grande parte deste conhecimento.

A ameaça sobre áreas indígenas é muito grave para a Amazônia e para toda esta questão. O Estatuto do Índio continua bloqueado no Congresso e agora há esse projeto do senador Romero Jucá que abre as áreas indígenas para a extração mineral – uma grave ameaça.

Uma pesquisa do WWF e do ISER, com formadores de opinião e com a população rural e urbana, da Amazônia mostrou que a maior porcentagem –, 34% da população – é contra qualquer tipo de desenvolvimento que implique degradação ou perda dos seus recursos e condena o projeto Brasil em Ação.

Que se poderia fazer? No impasse, surge a pergunta instigadora: será que o caminho da Amazônia é o não-fazer? Será que, considerando que tudo que nós valorizamos / e os amazônidas também – ou seja, a biodiversidade, a abundância de recursos hídricos e dos serviços naturais, a diversidade cultural – já existia ali antes da chegada da cultura européia e dos modelos que nós tentamos levar para lá, será que não deveríamos, neste momento de crise, nesse impasse civilizatório que estamos vivendo, não deveríamos pensar, até que consigamos decifrar mais os enigmas de nossas vidas, que o caminho da Amazônia será o não fazer, engajando nisso a sua população e remunerando-a pelas atividades de conservação? Deveríamos perguntar isso, pelo menos.

O caminho do crescimento econômico, puro e simples, não é o caminho para a Amazônia e dificilmente será o caminho em geral. Lembro que o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente do ano passado diz o seguinte: considerando o consumo de recursos naturais, de energia e de alimentos, já estamos 42,5 % além da capacidade de reposição da biosfera e aumentando esse déficit 2,5% ao ano; se todos os habitantes da terra tivessem o nível de consumo de americanos ou europeus, precisaríamos de pelo menos três planetas como a Terra. Ou seja, já estamos falidos, num beco sem saída. E o crescimento econômico nos moldes atuais não será a solução. Edward Wilson, considerado o papa da biodiversidade, faz uma conta no seu último livro: hoje o produto bruto mundial é de 32 trilhões de dólares ao ano; se houver um crescimento econômico de 3% ao ano, que é um mínimo que se preconiza, chegaríamos a 2050 com um produto bruto mundial de 158 trilhões de dólares – o que é absolutamente inviável, pois não há recursos físicos para chegar a isso. Não há como seguir por esse caminho.

Estamos numa crise civilizatória e temos que repensar os nossos valores e modos de viver. E a Amazônia pode ajudar na construção desse modelo, desse pensamento.

E já que este debate pretende levar questões aos candidatos presidenciais, é preciso afirmar a eles com todas as letras: só caminharemos se levarmos as chamadas questões ambientais para o centro de todas as políticas públicas e todos os planejamentos privados, pois tudo acontece no concreto – no solo, na água, nos alimentos que consumimos, no ar que respiramos, entre os seres vivos. E se isso não for considerado desde o início, não haverá solução.





*Impressão e Acabamento:*



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: [quick@gns.com.br](mailto:quick@gns.com.br)

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

**BRASILIDADE** • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy